

quando se imagina o que se pode criar nas novas áreas do conhecimento ditas "portadoras de futuro", tais como a gestão de conhecimentos, a biossegurança, e a biotecnologia.

Os centros de pesquisas da Embrapa têm tecnologias prontas para o investimento privado, tais como o uso de satélites no planejamento e gestão do território como espaço produtivo, a criação de equipamentos a partir de novos materiais, como condutores plásticos, e a participação no mercado de créditos de carbono. Em São Paulo, editais para incubação de empresas oferecem tecnologias inovadoras como o analisador de alimentos e café, a "língua eletrônica" e o tomógrafo portátil para análise de solo e plantas. Outras 14 tecnologias da Embrapa foram selecionadas pela Rede Brasil de Tecnologias, do Ministério da Ciência e Tecnologia, para incubação de empresas em todo o Brasil.

Esse acordo entre a FIESP e a Embrapa, pelo que as duas instituições representam para suas áreas de atividade, é uma porta de entrada para um mundo novo que há de beneficiar todas as indústrias e instituições de pesquisa agrícola do País.

Ele se antecipa e inaugura a era das parcerias público-privadas no agronegócio; traz em si desafios tais como o de aprenderem a trabalhar juntas, o de convergirem métodos e prazos, o de definirem os contornos éticos da convivência público-privada num cenário de acirrada competição. Mas traz também a chance real de maior geração de empregos e renda que permita resgatar os ainda excluídos, sejam urbanos ou rurais.

Mudar a história requer a ousadia de visionários, porque romper com modelos tradicionais e criar oportunidades são tarefas de risco. Que os visionários da FIESP e da Embrapa sejam bem-sucedidos, para o bem do Brasil, expandindo essa parceria entre rural e urbano, entre o público e o privado, que, um dia – já vai longe! – foi conflito e dicotomia. ■

\*Diretor-Presidente da Embrapa

## LEGISLAÇÃO

# Pequeno, médio ou grande latifundiário

**D**aqui menos de 30 (trinta) dias, qualquer área rural que for objeto de transferência (onerosa ou gratuita), de desmembramento, unificação ou parcelamento ficará sujeita às novas regras de medição da área e de descrição, sob pena de não ser efetivado o registro da respectiva escritura.

Isso quer dizer que os proprietários, possuidores, promissários compradores terão que contratar um topógrafo para a elaboração de levantamento planimétrico e memorial descritivo, contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, quando da transferência da área ou de sua divisão, e com isso, se atenderá à nova concepção trazida pelo legislador de que, por meio de um cadastro único, alimentado pelas áreas recém-editadas, se identificará com precisão o imóvel, servindo de base a várias entidades públicas.

O geo-referenciamento está previsto na Lei 10.276, de junho de 2001, que vem implantar um sistema que pretende gerar um único código do bem – sob os aspectos registrário e fiscal –, afinado entre o INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), RFB (Receita Federal do Brasil), entidades públicas e Cartórios de Registro de Imóveis.

Por meio de uma comunicação entre tais entidades, à medida que for alterado o registro imobiliário, este informará o INCRA, que, por sua vez, arquivará os novos dados do imóvel, devidamente geo-referenciado, e fornecerá um número de cadastramento à Receita Federal e ao Registro Imobiliário competente, a fim de que este averbe tal informação na matrícula.

Pretende-se, com isso, dentre outras questões, sanar as irregularidades nas escrituras de propriedades rurais, comuns em praticamente todas as regiões do Brasil – muitas vezes, o documento legal expressa uma área maior que a da propriedade em si, e vice-versa – e, por isso, ampliar as possibilidades de obtenção de financiamentos bancários, propiciando aos Bancos a devida segurança por meio da identificação do bem que provavelmente servirá de garantia ao crédito.

A referida Lei 10.267 entrou em vigor em 2001. Ela foi regulamentada somente um ano depois, pelo Decreto 4.449/02, que estabeleceu um cronograma para o início de vigência do citado diploma legal, conforme a extensão da área, tornando, assim, exigível o geo-referenciamento de acordo com o tamanho das propriedades.

O cronograma, contido no Decreto, estabeleceu um escalonamento em que qualquer área de até 500 ha está sujeita à realização de nova medição, a partir do próximo dia 1º de novembro, para registro da respectiva transferência e/ou do parcelamento.

Vale ressaltar que a lei estabelece a gratuidade do serviço para os proprietários que tenham imóveis de até quatro módulos fiscais, lembrando que os módulos fiscais variam de município para município em todo o País.

No Estado de Goiás, por exemplo, eles podem variar entre 7 ha (em Goiânia) a 70 ha (em São Miguel do Araguaia). A título de esclarecimento, a variação se dá em função da quantidade de terra produtiva de cada município.

Com a (re)definição dos limites das propriedades rurais pelo sistema de geo-referenciamento, o governo brasileiro espera ter uma radiografia precisa de seu território, quanto às áreas rurais, e, com isso, atender aos fins da política de reforma agrária, acirrar a fiscalização das operações imobiliárias e controlar melhor o recolhimento de todos os impostos que incidem sobre os imóveis rurais. ■

Felsberg e Associados – [www.felsberg.com.br](http://www.felsberg.com.br)